

# Os partidos e a dívida

21 DEZ 1988

por José Casado  
de São Paulo

Em menos de duas semanas, dois dos maiores partidos políticos do País, o PMDB e o PT — que na última eleição retiveram cerca de 60% dos votos nas cem maiores cidades brasileiras —, produziram documentos advertindo o governo federal e a Nação sobre a iminência de eclosão de um processo de hiperinflação, de consequências "imprevisíveis", antevendo ameaça sobre a realização de eleições presidenciais, marcadas para novembro de 1989.

Os dois partidos propõem iniciativas emergenciais na economia, que viabilizem uma saída para a crise pela via democrática. Há pequenas discrepâncias na forma, entre as propostas, mas, na essência, o PMDB e o PT sugerem um programa econômico semelhante,

de execução imediata, que começa por um "choque" na dívida externa.

Os débitos do País com os credores internacionais estão no foco central da brutal desorganização financeira do Estado, de acordo com os diagnósticos produzidos por esses partidos.

É pleno o consenso sobre a necessidade de um imediato "choque" na dívida, como forma de pressão política internacional para o País conseguir uma efetiva redução no "estoque" de sua dívida e no volume anual de transferência de recursos ao exterior.

"Os encargos da dívida externa tornaram-se insuportáveis", diz o documento do PMDB, divulgado ontem, em São Paulo, que foi elaborado por assessores do presidente do partido, Ulysses Guimarães, e do governador paulista, Orestes Quérzia.

"O acordo recentemente

21 DEZ 1988

Excl

assinado pelo governo com os bancos credores apenas agravou a situação", acrescenta, "não há como esconder: esse acordo beneficia, sobretudo, os credores, protege o seu patrimônio e garante receitas elevadas ao sistema bancário internacional. As nossas custas. As custas da desorganização da nossa economia e das finanças públicas."

A dívida externa, na visão dos assessores do candidato do PT à sucessão do presidente José Sarney, o deputado Luís Ignácio Lula da Silva, tornou-se o principal "condicionante" da crise brasileira. Os sucessivos e crescentes superávits comerciais para pagar a dívida tornaram-se o epicentro da inflação, impulsionando a dívida interna do setor público.

Ambos sugerem, com tons distintos, uma revisão imediata de todos os acordos e contratos feitos entre o País, os bancos credores e organizações financeiras multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). E que o Brasil tome a iniciativa de propor aos outros países da América Latina uma ação conjunta, nessa direção.

"O PMDB não tem por que coonestar tal acordo (com os bancos credores)", diz o texto produzido por assessores de Ulysses e Quérzia. "Deve, ao contrário, exigir sua revisão imediata e integral. Há condições de o Brasil forçar a adoção de fórmulas que viabilizem a redução do total da dívida, através da coordenação de uma agênc-

cia multilateral, conforme propostas amplamente discutidas nos fóruns internacionais. Deve, neste sentido, envidar todos os esforços para uma ação conjunta com os demais países da América Latina."

O PT trilha idêntico caminho, de forma mais enfática. Sugere imediatamente "ompimento com o FMI e suspensão do pagamento do serviço da dívida", e a convocação de uma comissão congressual para reexaminar todos os contratos e acordos já assinados pelo governo federal, lançando dúvidas sobre a legitimidade, a legalidade e a honestidade desses documentos.

Como o PMDB, propõe que o Brasil tome a liderança na renegociação da dívida externa em escala mundial, através da realização de

(Continua na página 6)